



Revista Brasileira de Educação

ISSN: 1413-2478

rbe@anped.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Educação
Brasil

Alves Lopes, Doraci

Resenha de "Sociologia para o ensino médio" de Nelson Dacio Tomazi

Revista Brasileira de Educação, vol. 14, núm. 42, septiembre-diciembre, 2009, pp. 594-596

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27512149015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



de mundo” (p. 124), que caracteriza a burguesia e se funda no conceito de liberdade, a partir do qual se desenvolveram os conceitos de individualismo e de igualdade. Daí, a reivindicação do Terceiro Estado “para educar-se e educar” (p. 124). Dessa maneira, a burguesia, que lutava pela consolidação de seu poder econômico e político durante a Revolução Francesa, por meio da instrução, tornar-se-ia também hegemônica, uma vez que consolidaria, na sociedade, seu modo de pensar, sua ideologia.

Ainda que burguês, é importante notar que os discursos pedagógicos em torno da publicização da instrução traziam em si e revelavam “aspirações e pretensões da classe subalterna” (p. 127), visto que o proletariado não tinha ainda seus interesses separados dos interesses da burguesia. Somando-se a isso, perversamente, a classe burguesa, no século XVIII, foi criando mecanismos por meio dos quais permitia “à classe subalterna a reivindicação de seus interesses, articulando-os em torno dos seus próprios, de tal forma que” acabassem “por constituir-se em interesse geral” (p. 128). Logo, por meio da instrução, a burguesia poderia não só disseminar sua visão de mundo e de homem – como se fosse a visão da maioria –, como também legitimar seu poder.

Segundo a lógica burguesa, caberia “à instrução tornar os cidadãos ‘mais’ iguais” (p. 129), já que, mesmo proclamados iguais, os indivíduos não o são, tendo em vista a desigualdade econômica existente entre eles. Assim, embora a instrução seja concebida “como veículo de liberação e de igualização”, ela foi (ainda não é, nos dias atuais?), no século XVIII, na França, um “veículo de dominação de classe”, porque foi (não é?) “assentada sobre a desigualdade econômica” (p. 129). A instrução, um direito de todos, “porque todos participaram das lutas no interior

das quais ela foi trazida” (p. 138), tornou-se condição para que o capitalismo se desenvolvesse e se implantasse definitivamente.

Como podemos ver, o livro de Eliane Lopes é, antes de tudo, uma grande “aula” a respeito da escola da Revolução Francesa, mas também a respeito da nossa escola pública, como destaca Carla Boto, professora de filosofia da educação da Universidade de São Paulo (USP), no “Posfácio” da edição de 2008 do livro de Lopes; uma grande “aula” sobre *como* se pode realizar uma investigação, sobre *o modo* de escrever a história da educação. Assim, *As origens da educação pública* é altamente recomendável para os estudantes universitários que se interessam pela história da educação ou se dedicam a pesquisas nesse campo do conhecimento. É também importante para aqueles cujos esforços de investigação se concentram no período compreendido pela história moderna.

Mas o mérito de Eliane Lopes por essa sua produção está, sobretudo, no fato de sua obra atingir um público bem mais amplo do que aquele específico, de historiadores e pesquisadores. Uma vez que a temática tratada, com rigor e sensibilidade, relaciona-se à educação pública, tema que envolve diversos problemas do nosso tempo, a obra de Lopes não só pode como deve ser apreciada por educadoras e educadores que experimentam, a cada dia, o desafio de ensinar, sobretudo, na escola pública atual. O livro de Eliane Lopes merece ser lido, portanto, por todos os professores e as professoras que, acreditando na construção de uma sociedade mais justa, igualitária, democrática, buscam incansavelmente conhecimentos e maneiras de garantir, com seus alunos, a cidadania, sem discriminar e excluir os sujeitos sociais, tratando a diversidade como uma massa igual, uniforme. Valendo-me das palavras de Paulo Freire, na carta

que abre a primeira edição do livro e da minha experiência como professora da escola pública e como estudiosa da história da educação, convido os leitores deste texto a “conviver” com o livro de Eliane Marta Teixeira Lopes, a se sensibilizar e a se “encontrar” nas suas páginas.

Referências bibliográficas

- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Apresentação ou dos muitos modos de ler um livro. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. *As origens da educação pública: a instrução na revolução burguesa do século XVIII*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008 (Col. Edvcere, 7).
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Colonizador-colonizado: uma relação educativa no movimento da história*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1985.
- _____. (Org.). *A psicanálise escuta a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- _____. *Da sagrada missão pedagógica*. São Paulo: Universidade São Francisco, 2003.
- Juliana Ferreira de Melo
Professora da rede estadual de Minas Gerais, doutoranda em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
E-mail: ferreirademeloj@gmail.com

TOMAZI, Nelson Dacio. *Sociologia para o ensino médio*. São Paulo: Atual, 2007, 256 p.

O livro em questão surge em um contexto ao mesmo tempo muito especial e desafiante para a história da sociologia no ensino médio no Brasil. O fato de ter-se tornado disciplina obri-



Resenhas

gatória no ano de 2008,¹ nas três séries do ensino médio, após décadas de tentativas de retorno, ao lado da filosofia, e reivindicada por tantas entidades nacionais representativas, publicações como essa são muito bem-vindas. Auxilia na trajetória de discussão para os caminhos da formação humanística de nossa juventude.

Temos cerca de noventa cursos superiores de ciências sociais em todo o país, que repensam de alguma maneira a formação do estudante em sua relação entre bacharelado e licenciatura após a aprovação da lei, seja para apoiar ou não a integração desses dois níveis de ensino. Os cursos que já possuem a dupla habilitação em bacharelado e licenciatura (como o da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas) ou a opção de formação em licenciatura rediscutem a sua atuação na formação do professor de sociologia que irá atuar com alunos de ensino médio, baseando-se em diversos aspectos, sejam teóricos, práticas de estágios supervisionados, culturais, ou mesmo legais. É o caso, por exemplo, das Orientações Curriculares Nacionais² em Sociologia, para as 24 mil escolas de ensino médio de todo o país.

Um dos grandes problemas atuais do ensino médio é a falta de professores em várias áreas de conhecimento, como tem noticiado amplamente a mídia, discutindo inclusive muitas das razões dessa crise nas escolas. A situação da sociologia é particular-

mente delicada. Segundo um estudo do Ministério da Educação (MEC),³ o país tem 20.339 professores de sociologia atuando nas escolas, no entanto, só 12,3% (2.499) são licenciados na área. Em filosofia, o número atual é de 31.118, sendo 23% (7.162) com a licenciatura específica. Para que todas as escolas de ensino médio do país tenham aulas nessas duas disciplinas é preciso ter 15 vezes mais professores de filosofia e 40 vezes mais de sociologia. Esses números expressam uma das várias consequências que resultaram no banimento da filosofia e da sociologia na formação da juventude brasileira no campo das chamadas humanidades.

Fora do ensino médio desde 1971, por determinação da ditadura militar, a obrigatoriedade da sociologia e da filosofia é um avanço e uma conquista inegáveis, mas abre a necessidade de uma nova etapa de desafios para todos os que historicamente defenderam a volta dessas disciplinas para o ensino médio. Importa igualmente nesse momento a produção e o acesso a um maior número de materiais didáticos representativos de sociologia, para que possamos contribuir com a melhoria da qualidade de ensino nas escolas, daí a importância do livro indicado nesta resenha.

Nelson Dacio Tomazi divide o livro em sete unidades, com temas centrais para o iniciante ao estudo da sociedade. Situa a importância dos conteúdos selecionados ao lado de outras áreas de conhecimento das ciências humanas, seja em história, ciência política, antropologia, economia, entre outras.

O que se pode dizer, inicialmente, é que a Sociologia, assim como

as demais Ciências Humanas [...], tem como objetivo compreender e explicar as permanências e as transformações que ocorrem nas sociedades humanas e até indicar algumas pistas sobre os rumos das mudanças. (Tomazi, 2007, p. 6)

Com habilidade de mestre e experiência de quem tem prazer em ensinar, apresenta de forma muito direta e didática a relação entre conceitos como *indivíduo e sociedade, trabalho e sociedade*, abordando historicamente teorias clássicas e contemporâneas. Define e trabalha muitas outras questões, como desigualdades sociais ou poder e política, ideologia e cultura, mudança e transformação, comparando realidades contraditórias.

Ao fazê-lo, apresenta autores reconhecidos das ciências sociais, indicando em cada capítulo livros de outros sociólogos que também se dedicam à delicada tarefa de dialogar com o leitor, estudante ou não, para que possa pensar criticamente a sociedade em que vive. Sugere o autor ainda, em “Leituras e atividades”, exercícios com filmes, poesias e trechos de obras que auxiliam na compreensão e no desenvolvimento de conceitos ao final de cada unidade.

[...] uma das preocupações da Sociologia é justamente formar indivíduos autônomos, que se transformem em pensadores independentes... percebendo o que se oculta nos discursos... ou, mais importante, que tenham a capacidade de fazer as próprias perguntas para alcançar um conhecimento mais preciso da sociedade à qual pertencem.

O livro pode ser considerado “aberto”, por possibilitar escolhas, tanto do professor como do aluno, para aprofundar os temas fundamentais e clássicos através de certos conheci-

¹ Projeto de lei sancionado pelo presidente da República em exercício, José Alencar, em 2 de junho de 2008. A nova lei altera o artigo 36 da lei n. 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

² MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. Ciências humanas e suas tecnologias. *Conhecimentos de Sociologia*, Brasília, v. 3, p. 101-132, 2006. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2009.

³ BRASIL precisa de professores de filosofia e sociologia. *O Estado de S. Paulo*, 21 jul. 2008. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=182>. Acesso em: 5 fev. 2009.



mentos sugeridos. cremos que essas opções vão variar muito, dependendo da cultura local, da série de ensino, da condição social, da idade ou da etnia, por exemplo, daqueles que tiverem acesso ao livro.

O autor favorece a ida a diferentes tipos de materiais e recursos didáticos, científicos ou artísticos, desde os livros impressos das estantes das bibliotecas até as bibliotecas virtuais das universidades, ou rede de mídias eletrônicas, alternativas ou não.

Engana-se quem julgar que este repete o conhecido *Iniciação à sociologia*, organizado por Nelson Dacio Tomazi (2. ed., São Paulo: Atual, 1993). Permanecem conceitos ou autores, como Marx, Durkheim ou Weber, mas a habilidade e a forma como trabalha com esses e outros cientistas sociais indispensáveis é um destaque que merece ser feito.

Para o ecletismo de imagens, desenhos ou fotos, reproduções de obras de arte e informações, *Sociologia para o ensino médio* contou com diferentes equipes de pesquisas, tanto iconográfica, artística, como para ilustrações e mapas. Temos ao final uma longa e representativa bibliografia, nacional e internacional, além de uma relação de sites, outra de créditos e fontes das imagens, que reforçam a ideia de possibilidades em aberto para se criar percursos diversos de conhecimentos a serem explorados no cotidiano das salas de aulas, lugar privilegiado para a formação autônoma do indivíduo. Portanto, local para propiciar a capacidade de perguntarmos sobre a realidade do mundo, seguindo a proposta de Tomazi.

Por último, sublinhamos o “Apêndice”, uma novidade muito bem-vinda para os que querem conhecer a origem histórica da sociologia, não só internacional, mas também nacional. O autor sintetiza as correntes teóricas principais, como é tradição nesse tipo

de publicação, mas vai além, mapeando alguns de seus mais importantes desdobramentos e expoentes nos principais países do mundo.

O Brasil, igualmente, surge com expressivos representantes da disciplina; antes, porém, revela processos históricos que valorizam uma longa luta pelo reconhecimento da sociologia no sistema de ensino do país, como o da primeira tentativa de inclusão da disciplina na reforma educacional de Benjamin Constant, em 1891. E ainda na década de 1920, quando a sociologia foi sendo implantada regulamente em colégios de vários estados brasileiros. Gilberto Freyre e Fernando Azevedo, na década de 1930, figuram entre aqueles intelectuais que se dedicaram ao reconhecimento dessa disciplina nos colégios, produzindo conteúdos para os futuros estudantes do ensino superior da época, tal como Tomazi vem fazendo no presente.

Mas o professor e o aluno ainda têm a oportunidade de ver o que pode ser considerado uma homenagem a tantos outros autores e obras nacionais que raramente são mencionados em livros de sociologia voltados para o ensino médio, como as obras de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Antonio Candido, Octavio Ianni, Francisco de Oliveira, Marialice Foracchi, Heleieth Saffioti, José de Souza Martins, entre outros não menos ilustres.

O autor indica tantos intelectuais porque está preocupado em apontar a diversificação da própria disciplina a partir daqueles que construíram e colaboraram não só para a institucionalização dessa área de conhecimento, mas com a própria identidade das ciências sociais no Brasil. Claro que em cada região do país haverá quem lamente a falta deste ou daquele nome, como o de certas presenças femininas, além daquelas constantes do livro. Mas esse desafio de nomear ou deixar de nomear

intelectuais brasileiros em nada diminui a contribuição do livro de Tomazi, na tentativa de explicitar o papel de brasileiros que buscam explicar e indagar, continuamente, sobre nosso lugar no mundo e na história do país de uma perspectiva crítica e democrática, discutindo didática e criticamente certas posições obscurantistas e totalitárias que sufocaram tantas vezes o desenvolvimento de nossas potencialidades políticas, sociais e culturais na história humana e nacional.

Doraci Alves Lopes

Pontifícia Universidade Católica de
Campinas

E-mail: doraci@puc-campinas.edu.br;
doracilopes@hotmail.com

CARRETERO, Mario. *Documentos de identidad*. La construcción de la memoria histórica en un mundo global. Buenos Aires: Paidós, 2007.

Qual é o significado social da prática pública do ensino de história? Como a educação histórica interfere sobre a identidade, o posicionamento político e o comportamento público dos indivíduos? Como as representações do passado são assimiladas, e que efeito têm sobre a vida dos cidadãos? Essas categorias de perguntas instigam os didatas da história (cuja formação original, via de regra, é a de historiadores) desde o momento em que uma fratura epistemológica descolou o ensino da concepção de mera vulgarização do saber científico. O ensino de história, elevado à condição de problema, passou a ser percebido como fator fundamental de mobilização política, religiosa e social nas mais diversas culturas. Nos anos de 1970, o historiador Marc Ferro articulou uma grande equipe e produziu o estudo *Comment on raconte la histoire aux enfants: a travers le monde*